

ESTADO DO PARANÁ

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

CNPJ: 77.819.605/0001-33



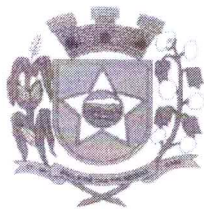
**ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DAS
PALMEIRAS**

**PROCESSO LICITATÓRIO N.º 03/2025
INEXIGIBILIDADE N.º: 01/2025**

OBJETO: Contratação de pessoa jurídica especializada para implantação dos indicadores ambientais REBAPP do Município de São José das Palmeiras e estabelecimento dos corredores ecológicos de conectividade do Município com o corredor Ecológico Santa Maria.

EMPRESAS PARTICIPANTES:

NATIVA BRASIL – PESQUISA, TECNOLOGIA E DESENVOLVIMENTO
LTDA.



ESTADO DO PARANÁ

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

CNPJ: 77.819.605/0001-33



REQUISIÇÃO ADMINISTRATIVA

São José das Palmeiras, 07 de janeiro de 2025.

Requerente: Sr.(A) SECRETÁRIO(A) MUNICIPAL DE FINANÇAS

Requerido: PREFEITO(A) MUNICIPAL

Prezado(a) Prefeito(a)

Com minha visita, venho respeitosamente, por meio deste, requerer de V.Exa. providências cabíveis para contratação de empresa fornecedora, conforme resumo de especificação abaixo:

Especificação dos Produtos e/ou Serviços Pretendido:

Descrição do Objeto	Aquisição de pessoa jurídica para implantação dos indicadores ambientais REBAPP do Município de São José das Palmeiras e estabelecimento dos corredores ecológicos de conectividade do Município com o corredor Ecológico Santa Maria.
Valor total Máximo Estimado:	R\$ 112.270,00 (cento e doze mil duzentos e setenta reais)
Condição de Pagamento:	O pagamento será efetuado, entre os dias 10 (dez) a 30 (trinta) do mês subsequente.
Local de Entrega:	Relatórios e demais documentos deverão ser entregues na prefeitura municipal de São José das Palmeiras rua Marechal Castelo Branco número 979 centro.
Prazo de Execução (contrato):	12 (doze) meses
Prazo Máximo de Entrega:	3 (três) meses
Fonte de Origem dos Recursos:	Recursos Livres

Neste sentido, venho a presença de V.Exa. Solicitar que seja autorizado abertura de Processo Licitatório correspondente, uma vez que o objeto da despesa se enquadra nas exigências da Lei Federal nº 14.133/21, especificamente na modalidade de contratação por Inexigibilidade, nos termos do art. 74, III, c, da lei indicada.

Por fim, esclareço que apresento Estudo Técnico Preliminar e Termo de Referência, cujas cópias seguem anexas.

Atenciosamente,

REGINA CRISTINA BORGES
SECRETARIA DE FINANÇAS



ESTADO DO PARANÁ

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

CNPJ: 77.819.605/0001-33



TERMO DE REFERENCIA

SOLICITAÇÃO

DE: SECRETARIA DE FINANÇAS
PARA: PREFEITO MUNICIPAL

1 – OBJETO

Contratação de pessoa jurídica especializada para implantação dos indicadores ambientais REBAPP do Município de São José das Palmeiras e estabelecimento dos corredores ecológicos de conectividade do Município com o corredor Ecológico Santa Maria.

2 - JUSTIFICATIVA

O município de São José das Palmeiras está localizado na região oeste do estado do Paraná, e apresenta-se inserido dentro da região da Floresta Estacional Semi-decidual, com transição parcial da Floresta Ombrófila Mista. Possui 18.275,50 hectares de território municipal e é detentor das porções significativas de áreas de mata nativa de conexão com o corredor ecológico Santa Maria, e de proximidade com o Parque Nacional do Iguaçu.

E possui apenas 0% do território do município com área verde já protegida no ICMS Ecológico, de um total geral disponível de 28,56 %, ou seja, apenas 0% da área verde disponível, atualmente convertida em ICMS Ecológico, considerando o Mapa de Classe de Uso da Terra/IAT/Governo do Estado do Paraná.

Em termos práticos percentuais, o município possui no total, 5.219,63 hectares de mata nativa no seu território, e desta forma, impressionantes 5.219,63 hectares deste montante, ou seja, 100% de mata nativa preservada existente potencial e ainda não protegida e nem inserida no ICMS Ecológico. Assim, a relevância ambiental que o município possui apresenta-se em condição ímpar na região, onde a vocação para adoção de novos indicadores ambientais de apoio a gestão municipal de áreas verdes, torne-se imprescindível para um melhor desempenho do município neste viés que vem de encontro com o tema mundial de apoio com ações de combate às Mudanças Climáticas.

O município possui, portanto, um total de 5.219,63 hectares de mata nativa preservada e que não são áreas verdes protegidas (UC's), e pertencem 100% à bacia hidrográfica do Rio Paraná.

Além da permanente necessidade de monitoramento e controle para evitar o desmatamento, em especial na região floresta estacional semi-decidual, em que o município se encontra em maior parte de sua abrangência, é a mais ameaçada de extinção.



ESTADO DO PARANÁ

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

CNPJ: 77.819.605/0001-33



Desta forma, o município detectou a ausência de indicadores ambientais específicos, que criam através da relação entre áreas verdes e áreas verdes protegidas, em função do total do território do município, do qual, estes indicadores não estão contemplados nas fórmulas de cálculo do ICMS Ecológico, e são importantes ferramentas para o planejamento e tomada de decisões ambientais e de desenvolvimento, por parte do município.

Em síntese, o município, na ausência de indicadores ambientais específicos, constata um elevado potencial existente de área verde, e um aproveitamento em ICMS Ecológico extremamente baixo de áreas verdes protegidas existentes.

E que crie-se, assim, indicadores ambientais de áreas verdes protegidas, das quais, no momento, é inexistente este indicador para o município, e que as necessidades e oportunidades acima descritas estão enquadradas na legislação vigente:

Considerando o artigo nº 26 da Lei Federal nº 9.985 de 2.000 que criou o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza, conhecida com a Lei do SNUC:

Art. 26. *Quando existir um conjunto de unidades de conservação de categorias diferentes ou não, próximas, justapostas ou sobrepostas, e outras áreas protegidas públicas ou privadas, constituindo um mosaico, a gestão do conjunto deverá ser feita de forma integrada e participativa, considerando-se os seus distintos objetivos de conservação, de forma a compatibilizar a presença da biodiversidade, a valorização da sociobiodiversidade e o desenvolvimento sustentável no contexto regional.*

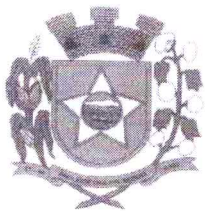
Considerando o inciso nº 19 do Artigo nº 2 da Lei Federal nº 9.985 de 2.000, a Lei do SNUC, que criou o conceito legal de Corredor Ecológico.

Considerando o artigo nº 11 do Decreto Federal nº 4.340 de 2.002 que regulamentou a Lei Federal nº 9.985 de 2.000, que trata dos corredores ecológicos:

Art. 11. *Os corredores ecológicos, reconhecidos em ato do Ministério do Meio Ambiente, integram os mosaicos para fins de sua gestão.*

Considerando a Portaria Federal do Ministério do Meio Ambiente/IBAMA nº 137 de 09 de outubro de 2.001, publicada no Diário Oficial sob nº 195 de 10 de outubro de 2.001, que criou o Corredor Ecológico Santa Maria, o 1º Corredor Ecológico reconhecido a nível nacional, pelo MMA/Governo Federal.

Considerando o Artigo 1º da Portaria Federal do Ministério do Meio Ambiente/IBAMA nº 137 de 09 de outubro de 2.001, que estabelece a região de abrangência



ESTADO DO PARANÁ

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

CNPJ: 77.819.605/0001-33



do Corredor Ecológico Santa Maria.

Considerando o mapa ecológico do Corredor Santa Maria de acordo com o Artigo 1º da Portaria Federal do Ministério do Meio Ambiente/IBAMA nº 137 de 09 de outubro de 2.001, elaborado e apresentado pela Nativa do Brasil, do qual identifica e seleciona os principais corredores de conectividade verde com o Corredor Ecológico Santa Maria, identifica e posiciona as UC's existentes dentro desta região de abrangência, e identifica e cria novas UC's potenciais existentes e conectadas com os respectivos corredores

Considerando que o Projeto Mosaico de UC's do Corredor Ecológico Santa Maria está sintonizado com a política de integração de áreas verdes estabelecida na Portaria Federal nº 504 de 21 de setembro de 2.020, que criou o programa Cidades mais Verdes e o CAU – Cadastro Ambiental Urbano, que têm os seguintes objetivos:

Art. 2º. *O Programa Cidades+Verdes tem como objetivos:*

I - criar, ampliar, recuperar e integrar áreas verdes urbanas;

II - aprimorar a gestão ambiental urbana por meio de ferramentas de mapeamento e monitoramento das áreas verdes urbanas;

III - estabelecer diretrizes, indicadores, categorias e tipologias para o planejamento, implantação e monitoramento de áreas verdes urbanas; e

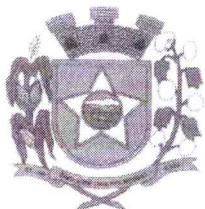
IV - melhorar a qualidade de vida nas cidades, valorizando a prestação de serviços ecossistêmicos dessas áreas.

Como grande parte das áreas verdes de mata nativa no território do município, na porção da bacia hidrográfica do Rio Paraná, da qual possui algumas áreas verdes protegidas, porém com potencial de áreas disponíveis muito significantes em projeção para ICMS Ecológico, urge a necessidade de indicadores ambientais que considerem em sua plenitude, as áreas de APP's – Áreas de Preservação Permanente, e seus Entornos e áreas verdes, e que estabeleçam a oportunidade de incremento dos índices, em relação ao tamanho do território do município.

E que crie-se, assim, indicadores ambientais de áreas verdes protegidas, das quais, no momento, este indicador é inexistente para o município.

3 -LEVANTAMENTO DE MERCADO E SOLUÇÃO QUE ATENDE A NECESSIDADE

Analisando-se o entorno do Corredor Ecológico Santa Maria, dentro da bacia do Rio Paraná 3, e seu entorno com o Parque Nacional do Iguaçu, detectou-se que está sendo implantado em outros municípios, os indicadores ambientais REBAPP – Retificação de Bordas em APP's e de Áreas Verdes em Zoneamentos de Uso e Ocupação do Solo – indicadores ambientais: os novos indicadores ambientais IRAP e IRAV, oriundos da criação de novas fórmulas, como rearranjo de coeficientes e variáveis existentes nas fórmulas de cálculo do ICMS Ecológico, criado pela empresa de pesquisa técnica Nativa do Brasil, dos quais em destaque:



ESTADO DO PARANÁ

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

CNPJ: 77.819.605/0001-33



- IRAV – Índice REBAPP de Área Verdes
- IRAP - Índice REBAPP de Área Verdes Protegidas

Paralelamente a isto, a Nativa do Brasil concluiu em pesquisas, de que as áreas verdes de conectividade que o município possui, em sua porção territorial da bacia do Rio Paraná, conexão “direta” com o Corredor Ecológico Santa Maria.

E, destacou ainda na conclusão das pesquisas, de que o Corredor Ecológico Santa Maria, além de ter sido o 1º corredor ecológico criado no Brasil com reconhecimento do Ministério do Meio Ambiente, e que, atualmente, só existem 3 Corredores semelhantes, com o mesmo Ato de Reconhecimento (Portaria Federal nº 137 de 09 de outubro de 2.001), e que, cruzando-se com a legislação ambiental vigente, em especial a Lei Federal nº 9.985 de 2.000 e seu respectivo Decreto Regulamentador nº 4.340 de 2.002, aponta que os novos indicadores ambientais REBAPP podem ampliar as estratégias de ações em áreas verdes já existentes e de conexão com o corredor ecológico Santa Maria.

Desta forma, simultaneamente com a implantação dos novos indicadores ambientais REBAPP, o município pode além da adoção dos indicadores ambientais, IRAP e IRAV, criar quantitativamente o indicador ambiental de sua bacia hidrográfica do Rio Paraná, atualmente inexistente, contribuir para a ampliação do corredor ecológico Santa Maria, assim como também possuir o mapeamento e planejamento para ampliação de áreas verdes protegidas, conectadas com corredores verdes de biodiversidade.

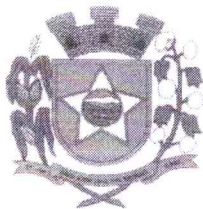
4 – DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO

A presente contratação será celebrada em caráter que é inviável a competição, só podendo ser executado pela empresa Editora Amigos, nos termos da Lei nº 14.133/2021, art. 74, III, c

5 - DAS ESPECIFICAÇÕES/VALORES REFERENCIAIS

Item	Descrição	Unid.	Quant.	Valor Total
1	Implantação dos Indicadores Ambientais REBAPP do município e estabelecimento dos corredores ecológicos de conectividade do município com o Corredor Ecológico Santa Maria.	SERVIÇO	1	R\$ 112.270,00
Valor Total Global				R\$ 112.270,00

6 - DO LOCAL DE ENTREGA



ESTADO DO PARANÁ

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

CNPJ: 77.819.605/0001-33



Relatórios e demais documentos deverão ser entregues na prefeitura municipal de São José das Palmeiras rua Marechal Castelo Branco número 979 centro.

7 – DO FORNECIMENTO E PRAZO DE ENTREGA

O prazo de entrega dos produtos será de 03 (três) meses, após a realização do pedido, sendo que o contrato terá validade de 12 (doze) meses.

8 – DO ACOMPANHAMENTO DA ENTREGA E AVALIAÇÃO DOS PRODUTOS

O acompanhamento da entrega dos produtos ficará a cargo e a fiscalização do contrato ficará a cargo da servidor Douglas de Alencar Colombeli, conforme portaria 10/2025.

9 - OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

9.1. São obrigações da Contratante:

- 9.1.1. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;
- 9.1.2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos serviços executados provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
- 9.1.3. Comunicar ao Contratado, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto executado, para que seja reparado ou corrigido;
- 9.1.4. Comunicar ao Contratado sobre quaisquer falhas ocorridas, consideradas de natureza grave, quando inerentes à execução dos serviços;
- 9.1.5. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações do Contratado, através de comissão/servidor especialmente designado;
- 9.1.6. Efetuar o pagamento ao Contratado no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos neste Termo de Referência de Inexigibilidade de Licitação e seus anexos;
- 9.1.7. Permitir o livre acesso aos empregados do Contratado às dependências da Contratante para tratar de assuntos pertinentes à execução do objeto deste Termo de Referência de Inexigibilidade de Licitação;
- 9.1.8. Rejeitar, no todo ou em parte, o serviço objeto deste Termo de Referência de Inexigibilidade executado em desacordo com as especificações dispostas no mesmo;
- 9.1.9. Proporcionar as condições necessárias para o bom andamento da execução do objeto contratado;
- 9.1.10. Impedir que terceiros executem os serviços contratados;
- 9.1.11. Observar e cumprir todos os demais itens – anteriores e posteriores – deste Instrumento onde haja uma definição/descrição de uma necessidade, uma responsabilidade, uma exigência e/ou uma condição para o fornecimento dos bens objeto do presente processo licitatório que, de acordo com as especificações contidas neste Termo de Referência de Inexigibilidade de Licitação, constituam obrigações à Contratante.
- 9.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus Empregados, preposto s ou subordinados.



ESTADO DO PARANÁ

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

CNPJ: 77.819.605/0001-33



10. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

10.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes neste Termo de Inexigibilidade de Licitação, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

10.1.1. Executar os serviços em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência de Inexigibilidade e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade e em caso de serviços com seu descritivo;

10.1.2. Executar os serviços por meio do profissional Engenheiro Florestal Marcelo Lubas, inscrito no CREA nº 23.078/D, responsável técnico da Empresa NATIVA BRASIL – PESQUISA, TECNOLOGIA E DESENVOLVIMENTO LTDA.

10.1.3. Executar diretamente o Contratado, sem transferência de responsabilidades ou subcontratações não autorizadas pela Contratante;

10.1.4. Executar os serviços em observação e cumprimento de todas as normas e regulamentações ambientais e demais aplicáveis ao objeto do presente Termo de Referência de Inexigibilidade de Licitação.

10.1.5. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

10.1.6. Refazer, no prazo firmado entre as partes e exigido pela Contratante, os serviços que não atendam as especificações técnicas exigidas pelo Município;

10.1.7. Responsabilizar-se por danos causados diretamente ao Município, decorrentes de sua culpa ou dolo;

10.1.8. Responsabilizar-se por danos causados diretamente aos bens de propriedade do Município, ou de terceiros, quando estes tenham sido ocasionados por seus empregados;

10.1.9. Responsabilizar-se integralmente quanto todas as despesas e obrigações fiscais e trabalhistas previstas em lei decorrentes da execução dos serviços contratados, tais como salários, seguros de acidentes, taxas, impostos e contribuições, indenizações, vale-refeição, vale-transporte e outros que porventura venham a ser criadas e exigidas pela legislação;

10.1.10. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência de Inexigibilidade, o objeto com avarias ou defeitos;

10.1.11. Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pelo Município, obrigando-se a atender, de imediato, todas as reclamações a respeito da qualidade da execução;

10.1.12. Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis que antecede a data da término da execução, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

10.1.13. Comunicar por escrito à Contratante sobre qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos os quais julgar necessários;

10.1.14. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

10.1.15. Manter, durante toda a vigência contratual, seu endereço, seu número de telefone e seu endereço de correio eletrônico (e-mail) atualizados, comunicando.

previamente à Contratante quaisquer alterações que venham a ocorrer nestes durante toda a execução do Contrato;



ESTADO DO PARANÁ

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

CNPJ: 77.819.605/0001-33



10.1.16. Indicar preposto para representá-la durante a execução do Contrato.

10.1.17. Observar e cumprir todos os demais itens – anteriores e posteriores – deste Instrumento onde haja uma definição/descrição de uma necessidade, uma responsabilidade, uma exigência e/ou uma condição para o fornecimento dos bens objeto do presente processo licitatório que, de acordo com as especificações contidas neste Termo de Referência, constituam obrigações ao Contratado.

11 – DO PAGAMENTO

O pagamento será efetuado, entre os dias 10 (dez) a 30 (trinta) do mês subsequente ao da prestação dos serviços, mediante a apresentação da nota fiscal acompanhada dos seguintes documentos:

- 1) Certidão Negativa de Débitos Federal/INSS;
- 2) Certidão Negativa de Débitos Municipais;
- 3) Certificado de Regularidade do FGTS da empresa;
- 4) Certidão Negativa de Débitos Estaduais;
- 5) Certidão de Débitos Trabalhistas.

12. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

12.1. Para fins de habilitação jurídica, deverá o licitante apresentar os seguintes requisitos:

12.1.1. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

12.1.2. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

12.1.3. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

12.1.4. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

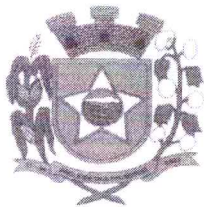
12.2. Para fins de habilitação fiscal, social e trabalhista, deverá o licitante apresentar os seguintes requisitos:

12.2.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

12.2.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

12.2.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

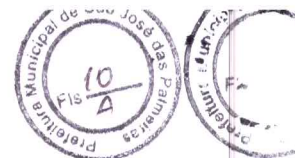
12.2.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452,



ESTADO DO PARANÁ

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

CNPJ: 77.819.605/0001-33



de 1º de maio de 1943;

12.2.5. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Federal, Estadual e Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

12.2.6. Prova de regularidade com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

12.2.7. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor – Lei nº 11.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

12.3. As certidões que não tiverem prazo de validade informado, terão como data de validade de 60 (sessenta) dias após a sua emissão.

13 - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

As despesas decorrentes da presente aquisição correrão por conta da(s) dotação (ões) orçamentária(s):

Dotações					
Exercício da despesa	Conta da despesa	Funcional programática	Fonte de recurso	Natureza da despesa	Grupo da fonte
2025	840	04.002.04.123.0003.2024	0	3.3.90.39.00.00	Do Exercício

14 - DA AUTENTICIDADE DOS ORÇAMENTOS

Pelo presente declaro que o(s) preço (s) foram obtidos através de pesquisa feita junto ao mercado de trabalho, passando integrar o presente Termo de Referência.


REGINA CRISTINA BORGES
SECRETARIA DE FINANÇAS

15 - DISPOSIÇÕES GERAIS/INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Como condição de classificação, poderá (ao) o Senhor Pregoeiro ou a Comissão Permanente de Licitação promover, nos termos do art. da Lei nº 14.133/2021 diligencias que entender necessárias.

São José das Palmeiras, 09 de janeiro de 2025.

RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA


REGINA CRISTINA BORGES
SECRETARIA DE FINANÇAS



ESTADO DO PARANÁ

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

CNPJ: 77.819.605/0001-33



ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

1. INTRODUÇÃO

O presente documento caracteriza a primeira etapa da fase de planejamento e apresenta os devidos estudos para a contratação de solução que atenderá à necessidade abaixo especificada.

Aquisição de pessoa jurídica para implantação dos indicadores ambientais REBAPP do Município de São José das Palmeiras e estabelecimento dos corredores ecológicos de conectividade do Município com o corredor Ecológico Santa Maria.

2. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

Aquisição se faz necessária para atender o município de São José das Palmeiras está localizado na região oeste do estado do Paraná, e apresenta-se inserido dentro da região da Floresta Estacional Semi-decidual, com transição parcial da Floresta Ombrófila Mista.

Possui 18.275,50 hectares de território municipal e é detentor das porções significativas de áreas de mata nativa de conexão com o corredor ecológico Santa Maria, e de proximidade com a ARIE de Santa Helena e com o Parque Nacional do Iguaçu.

E possui apenas 0 % (zero) do território do município com área verde já protegida no ICMS Ecológico, de um total geral disponível de 28,56 % da área verde existente, ou seja, 0% da área verde disponível, atualmente convertida em ICMS Ecológico, considerando também o Mapa de Classe de Uso da Terra/IAT/Governo do Estado do Paraná.

Em termos práticos percentuais, o município possui no total, 5.219,63 hectares de mata nativa no seu território, e desta forma, impressionantes 5.219,63 hectares deste montante, ou seja, 100% de mata nativa preservada existente potencial e ainda não protegida e nem inserida no ICMS Ecológico. Assim, a relevância ambiental que o município possui apresenta-se em condição ímpar na região, onde a vocação para adoção de novos indicadores ambientais de apoio a gestão municipal de áreas verdes, torne-se imprescindível para um melhor desempenho do município neste viés que vem de encontro com o tema mundial de apoio com ações de combate às Mudanças Climáticas.

O município possui, portanto, um total de 5.219,63 hectares de mata nativa preservada e



ESTADO DO PARANÁ

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

CNPJ: 77.819.605/0001-33



que não são áreas verdes protegidas (UC's), e pertencem 100% à bacia hidrográfica do Rio Paraná.

Além da permanente necessidade de monitoramento e controle para evitar o desmatamento, em especial na região floresta estacional semi-decidual, em que o município se encontra em maior parte de sua abrangência, é a mais ameaçada de extinção.

Desta forma, o município detectou a ausência de indicadores ambientais específicos, que criam através da relação entre área verdes e áreas verdes protegidas, em função do total do território do município, do qual, estes indicadores não estão contemplados nas fórmulas de cálculo do ICMS Ecológico, e são importantes ferramentas para o planejamento e tomada de decisões ambientais e de desenvolvimento, por parte do município.

Em síntese, o município, na ausência de indicadores ambientais específicos, constata que na sua porção da bacia hidrográfica do Rio Paraná, que não possui nenhuma área protegida, em pleno contraste à porção da bacia hidrográfica do Rio Iguaçu, com quase 100% protegido.

3. ÁREA REQUISITANTE

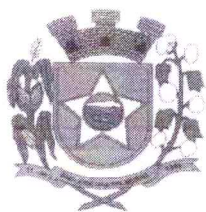
Área requisitante	Responsável
REGINA CRISTINA BORGES SECRETARIA DE FINANÇAS	REGINA CRISTINA BORGES SECRETARIA DE FINANÇAS

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Os requisitos da contratação, irá ser por inexigibilidade, sendo que a empresa deverá apresentar a(s) declaração e demais documentação necessários.

5. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

A solução como um todo compreende a aquisição e entrega dos materiais, sendo que o Município Possui 18.275,50 hectares de território municipal e é detentor das porções significativas de áreas de mata nativa de conexão com o corredor ecológico Santa Maria,



ESTADO DO PARANÁ

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

CNPJ: 77.819.605/0001-33



e de proximidade com a ARIE de Santa Helena e com o Parque Nacional do Iguaçu.

6. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

Estima-se o valor total da contratação em R\$ 112.270,00 (cento e doze mil duzentos e setenta reais).

7. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO

A licitação será realizada por itens, como sugere a regra a ser observada pela Administração nas licitações disposto da Lei nº 14.133/2021, o parcelamento do objeto visa evitar restrição de competição e ampla concorrência.

8. RESULTADOS PRETENDIDOS

OBJETIVO

Aquisição de pessoa jurídica para implantação dos indicadores ambientais REBAPP do Município de São José das Palmeiras e estabelecimento dos corredores ecológicos de conectividade do Município com o corredor Ecológico Santa Maria.

OBJETIVO JUSTIFICADO

O município de São José das Palmeiras está localizado na região oeste do estado do Paraná, e apresenta-se inserido dentro da região da Floresta Estacional Semi-decidual, com transição parcial da Floresta Ombrófila Mista.

Possui 18.275,50 hectares de território municipal e é detentor das porções significativas de áreas de mata nativa de conexão com o corredor ecológico Santa Maria, e de proximidade com o Parque Nacional do Iguaçu.

E possui apenas 0% do território do município com área verde já protegida no ICMS Ecológico, de um total geral disponível de 28,56 %, ou seja, apenas 0% da área verde disponível, atualmente convertida em ICMS Ecológico, considerando o Mapa de Classe de Uso da Terra/IAT/Governo do Estado do Paraná.

Em termos práticos percentuais, o município possui no total, 5.219,63 hectares de mata nativa no seu território, e desta forma, impressionantes 5.219,63 hectares deste montante, ou seja, 100% de mata nativa preservada existente potencial e ainda não protegida e nem inserida no ICMS Ecológico. Assim, a relevância ambiental que o município possui apresenta-se em condição ímpar na região, onde a vocação para adoção de novos indicadores ambientais de apoio a gestão municipal de áreas verdes, torne-se imprescindível para um melhor desempenho do município neste viés que vem de



ESTADO DO PARANÁ

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

CNPJ: 77.819.605/0001-33



encontro com o tema mundial de apoio com ações de combate às Mudanças Climáticas.

O município possui, portanto, um total de 5.219,63 hectares de mata nativa preservada e que não são áreas verdes protegidas (UC's), e pertencem 100% à bacia hidrográfica do Rio Paraná.

Além da permanente necessidade de monitoramento e controle para evitar o desmatamento, em especial na região floresta estacional semi-decidual, em que o município se encontra em maior parte de sua abrangência, é a mais ameaçada de extinção.

Desta forma, o município detectou a ausência de indicadores ambientais específicos, que criam através da relação entre áreas verdes e áreas verdes protegidas, em função do total do território do município, do qual, estes indicadores não estão contemplados nas fórmulas de cálculo do ICMS Ecológico, e são importantes ferramentas para o planejamento e tomada de decisões ambientais e de desenvolvimento, por parte do município.

Em síntese, o município, na ausência de indicadores ambientais específicos, constata um elevado potencial existente de área verde, e um aproveitamento em ICMS Ecológico extremamente baixo de áreas verdes protegidas existentes.

E que crie-se, assim, indicadores ambientais de áreas verdes protegidas, das quais, no momento, é inexistente este indicador para o município, e que as necessidades e oportunidades acima descritas estão enquadradas na legislação vigente:

Considerando o artigo nº 26 da Lei Federal nº 9.985 de 2.000 que criou o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza, conhecida com a Lei do SNUC:

Art. 26. *Quando existir um conjunto de unidades de conservação de categorias diferentes ou não, próximas, justapostas ou sobrepostas, e outras áreas protegidas públicas ou privadas, constituindo um mosaico, a gestão do conjunto deverá ser feita de forma integrada e participativa, considerando-se os seus distintos objetivos de conservação, de forma a compatibilizar a presença da biodiversidade, a valorização da sociobiodiversidade e o desenvolvimento sustentável no contexto regional.*

Considerando o inciso nº 19 do Artigo nº 2 da Lei Federal nº 9.985 de 2.000, a Lei do SNUC, que criou o conceito legal de Corredor Ecológico.

Considerando o artigo nº 11 do Decreto Federal nº 4.340 de 2.002 que regulamentou a Lei Federal



ESTADO DO PARANÁ

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

CNPJ: 77.819.605/0001-33



nº 9.985 de 2.000, que trata dos corredores ecológicos:

Art. 11. *Os corredores ecológicos, reconhecidos em ato do Ministério do Meio Ambiente, integram os mosaicos para fins de sua gestão.*

Considerando a Portaria Federal do Ministério do Meio Ambiente/IBAMA nº 137 de 09 de outubro de 2.001, publicada no Diário Oficial sob nº 195 de 10 de outubro de 2.001, que criou o Corredor Ecológico Santa Maria, o 1º Corredor Ecológico reconhecido a nível nacional, pelo MMA/Governo Federal.

Considerando o Artigo 1º da Portaria Federal do Ministério do Meio Ambiente/IBAMA nº 137 de 09 de outubro de 2.001, que estabelece a região de abrangência do Corredor Ecológico Santa Maria.

Considerando o mapa ecológico do Corredor Santa Maria de acordo com o Artigo 1º da Portaria Federal do Ministério do Meio Ambiente/IBAMA nº 137 de 09 de outubro de 2.001, elaborado e apresentado pela Nativa do Brasil, do qual identifica e seleciona os principais corredores de conectividade verde com o Corredor Ecológico Santa Maria, identifica e posiciona as UC's existentes dentro desta região de abrangência, e identifica e cria novas UC's potenciais existentes e conectadas com os respectivos corredores

Considerando que o Projeto Mosaico de UC's do Corredor Ecológico Santa Maria está sintonizado com a política de integração de áreas verdes estabelecida na Portaria Federal nº 504 de 21 de setembro de 2.020, que criou o programa Cidades mais Verdes e o CAU – Cadastro Ambiental Urbano, que têm os seguintes objetivos:

Art. 2º. *O Programa Cidades+Verdes tem como objetivos:*

I - criar, ampliar, recuperar e integrar áreas verdes urbanas;

II - aprimorar a gestão ambiental urbana por meio de ferramentas de mapeamento e monitoramento das áreas verdes urbanas;



ESTADO DO PARANÁ

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

CNPJ: 77.819.605/0001-33



III - estabelecer diretrizes, indicadores, categorias e tipologias para o planejamento, implantação e monitoramento de áreas verdes urbanas; e

IV - melhorar a qualidade de vida nas cidades, valorizando a prestação de serviços ecossistêmicos dessas áreas.

Como grande parte das áreas verdes de mata nativa no território do município, na porção da bacia hidrográfica do Rio Paraná, da qual possui algumas áreas verdes protegidas, porém com potencial de áreas disponíveis muito significantes em projeção para ICMS Ecológico, urge a necessidade de indicadores ambientais que considerem em sua plenitude, as áreas de APP's – Áreas de Preservação Permanente, e seus Entornos e áreas verdes, e que estabeleçam a oportunidade de incremento dos índices, em relação ao tamanho do território do município.

E que crie-se, assim, indicadores ambientais de áreas verdes protegidas, das quais, no momento, este indicador é inexistente para o município.

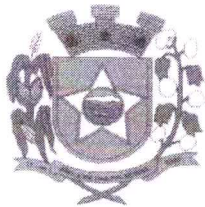
LEVANTAMENTO DE MERCADO E SOLUÇÃO QUE ATENDE A NECESSIDADE

Analisando-se o entorno do Corredor Ecológico Santa Maria, dentro da bacia do Rio Paraná 3, e seu entorno com o Parque Nacional do Iguaçu, detectou-se que está sendo implantado em outros municípios, os indicadores ambientais REBAPP – Retificação de Bordas em APP's e de Áreas Verdes em Zoneamentos de Uso e Ocupação do Solo – indicadores ambientais: os novos indicadores ambientais IRAP e IRAV, oriundos da criação de novas fórmulas, como rearranjo de coeficientes e variáveis existentes nas fórmulas de cálculo do ICMS Ecológico, criado pela empresa de pesquisa técnica Nativa do Brasil, dos quais em destaque:

- IRAV – Índice REBAPP de Área Verdes
- IRAP - Índice REBAPP de Área Verdes Protegidas

Paralelamente a isto, a Nativa do Brasil concluiu em pesquisas, de que as áreas verdes de conectividade que o município possui, em sua porção territorial da bacia do Rio Paraná, conexão “direta” com o Corredor Ecológico Santa Maria.

E, destacou ainda na conclusão das pesquisas, de que o Corredor Ecológico Santa Maria,



ESTADO DO PARANÁ

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

CNPJ: 77.819.605/0001-33



além de ter sido o 1º corredor ecológico criado no Brasil com reconhecimento do Ministério do Meio Ambiente, e que, atualmente, só existem 3 Corredores semelhantes, com o mesmo Ato de Reconhecimento (Portaria Federal nº 137 de 09 de outubro de 2.001), e que, cruzando-se com a legislação ambiental vigente, em especial a Lei Federal nº 9.985 de 2.000 e seu respectivo Decreto Regulamentador nº 4.340 de 2.002, aponta que os novos indicadores ambientais REBAPP podem ampliar as estratégias de ações em áreas verdes já existentes e de conexão com o corredor ecológico Santa Maria.

Desta forma, simultaneamente com a implantação dos novos indicadores ambientais REBAPP, o município pode além da adoção dos indicadores ambientais, IRAP e IRAPV, criar quantitativamente o indicador ambiental de sua bacia hidrográfica do Rio Paraná, atualmente inexistente, contribuir para a ampliação do corredor ecológico Santa Maria, assim como também possuir o mapeamento e planejamento para ampliação de áreas verdes protegidas, conectadas com corredores verdes de biodiversidade.

8. VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

O município de São José das Palmeiras está localizado na região oeste do estado do Paraná, e apresenta-se inserido dentro da região da Floresta Estacional Semi-decidual, com transição parcial da Floresta Ombrófila Mista.

Possui 18.275,50 hectares de território municipal e é detentor das porções significativas de áreas de mata nativa de conexão com o corredor ecológico Santa Maria, e de proximidade com a ARIE de Santa Helena e com o Parque Nacional do Iguaçu.

E possui apenas 0 % (zero) do território do município com área verde já protegida no ICMS Ecológico, de um total geral disponível de 28,56 % da área verde existente, ou seja, 0% da área verde disponível, atualmente convertida em ICMS Ecológico, considerando também o Mapa de Classe de Uso da Terra/IAT/Governo do Estado do Paraná.

Em termos práticos percentuais, o município possui no total, 5.219,63 hectares de mata nativa no seu território, e desta forma, impressionantes 5.219,63 hectares deste montante, ou seja, 100% de mata nativa preservada existente potencial e ainda não protegida e nem inserida no ICMS Ecológico. Assim, a relevância ambiental que o município possui apresenta-se em condição ímpar na região, onde a vocação para adoção de novos



ESTADO DO PARANÁ

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

CNPJ: 77.819.605/0001-33



indicadores ambientais de apoio a gestão municipal de áreas verdes, torne-se imprescindível para um melhor desempenho do município neste viés que vem de encontro com o tema mundial de apoio com ações de combate às Mudanças Climáticas.

O município possui, portanto, um total de 5.219,63 hectares de mata nativa preservada e que não são áreas verdes protegidas (UC's), e pertencem 100% à bacia hidrográfica do Rio Paraná.

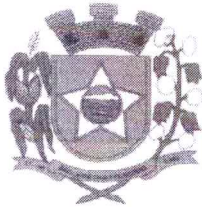
Além da permanente necessidade de monitoramento e controle para evitar o desmatamento, em especial na região floresta estacional semi-decidual, em que o município se encontra em maior parte de sua abrangência, é a mais ameaçada de extinção.

Desta forma, o município detectou a ausência de indicadores ambientais específicos, que criam através da relação entre área verdes e áreas verdes protegidas, em função do total do território do município, do qual, estes indicadores não estão contemplados nas fórmulas de cálculo do ICMS Ecológico, e são importantes ferramentas para o planejamento e tomada de decisões ambientais e de desenvolvimento, por parte do município.

Em síntese, o município, na ausência de indicadores ambientais específicos, constata que na sua porção da bacia hidrográfica do Rio Paraná, que não possui nenhuma área protegida, em pleno contraste à porção da bacia hidrográfica do Rio Iguaçu, com quase 100% protegido.

9. RESPONSÁVEL

REGINA CRISTINA BORGES
SECRETARIA DE FINANÇAS
RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DO ETP



ESTADO DO PARANÁ

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

CNPJ: 77.819.605/0001-33



São José das Palmeiras, 10 de janeiro de 2025

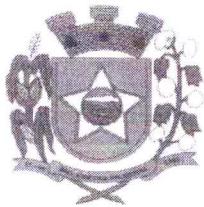
À
Comissão de Contratação
Município de São José das Palmeiras – Estado do Paraná

Senhores Membros,

Encaminho para providências necessárias a contratação de pessoa jurídica especializada para implantação dos indicadores ambientais REBAPP do Município de São José das Palmeiras e estabelecimento dos corredores ecológicos de conectividade do Município com o corredor Ecológico Santa Maria, já com meu despacho, autorizando a contratação ficando condicionada suas discriminações ao cumprimento de todas as exigências e formalidades previstas na Lei 14.133/21 e Decreto Municipal n.º 056/2023, de 24 de maio de 2023.

Atenciosamente;


FRANCO MARIA ALVES CABRAL
Prefeito Municipal



ESTADO DO PARANÁ

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

CNPJ: 77.819.605/0001-33



TERMO DE AUTUAÇÃO – FASE EXTERNA DE LICITAÇÃO

Aos 20 (vinte) dias do mês janeiro de 2025, eu, Sandra Rosa de Souza, Presidente da Comissão de Licitação, nomeado(a) pela Portaria nº 09/2025, instaurei o **PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 03/2025 - INEXIGIBILIDADE Nº. 01/2025**.

Nos termos do art. 6.º, do DECRETO MUNICIPAL n.º 056/2023, incumbirá ao Agente de Contratação, Pregoeiro ou, conforme o caso, à Comissão de Contratação, a condução da fase externa do processo licitatório.

Para constar lavrei o presente termo.

.....
Sandra Rosa de Souza
Presidente da Comissão de Licitação



ESTADO DO PARANÁ

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

CNPJ: 77.819.605/0001-33



São José das Palmeiras, 20 de janeiro de 2025.

Ao

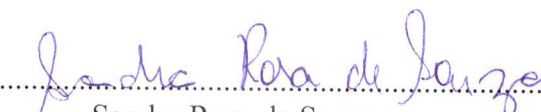
Setor Contábil e Financeiro

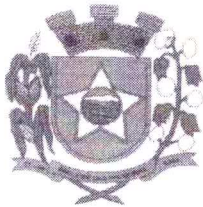
Assunto: SOLICITAÇÃO DE PARECER ORÇAMENTÁRIO e FINANCEIRO

Prezados Senhores,

Através do presente, nos termos do art. 74, III, c, da Lei Federal nº 14.133/21, solicitamos informações quanto a disponibilidade orçamentária e financeira para contratação de pessoa jurídica especializada para implantação dos indicadores ambientais REBAPP do Município de São José das Palmeiras e estabelecimento dos corredores ecológicos de conectividade do Município com o corredor Ecológico Santa Maria, no valor global de R\$ 112.270,00 (cento e doze mil duzentos e setenta reais)

Atenciosamente,

.....

Sandra Rosa de Souza
Presidente da Comissão de Licitação



ESTADO DO PARANÁ

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

CNPJ: 77.819.605/0001-33



COMPROVAÇÃO DE SALDO ORÇAMENTÁRIO
(artigo 150 da Lei 14.133/21)

Informamos que as despesas para contratação de pessoa jurídica especializada para implantação dos indicadores ambientais REBAPP do Município de São José das Palmeiras e estabelecimento dos corredores ecológicos de conectividade do Município com o corredor Ecológico Santa Maria, correrão a conta das dotações orçamentárias abaixo citadas do orçamento de 2024.

Dotações					
Exercício da despesa	Conta da despesa	Funcional programática	Fonte de recurso	Natureza da despesa	Grupo da fonte
2025	840	04.002.04.123.0003.2024	0	3.3.90.39.00.00	Do Exercício

Após a apreciação da solicitação referente a contratação de Pessoa Jurídica especializada para fornecimento de Atividade de Entretenimento e Stand Up Show e Palestra Motivacional, para comemorar o Dia Internacional da Mulher no município de São José das Palmeiras/PR, informamos que **EXISTE** disponibilidade financeira para execução do objeto do presente processo à contratação.

Com votos de estima e consideração;

São José das Palmeiras, 20 de janeiro de 2025.

JHONNI RICARDO DE CASTRO
CONTADOR



ESTADO DO PARANÁ

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

CNPJ: 77.819.605/0001-33



AUTORIZAÇÃO

Estando cumpridas as formalidades previstas na Lei n.º 14.133/21, AUTORIZO a abertura do **PROCEDIMENTO LICITATÓRIO nº. 03/2025**, como **INEXIGIBILIDADE Nº. 01/2025**, para contratação de pessoa jurídica especializada para implantação dos indicadores ambientais REBAPP do Município de São José das Palmeiras e estabelecimento dos corredores ecológicos de conectividade do Município com o corredor Ecológico Santa Maria,.

Dê-se a publicação de acordo com a Lei Federal nº 14.133/21 e suas alterações posteriores.

São José das Palmeiras, 21 de janeiro de 2025.


FRANCO MARIA ALVES CABRAL
Prefeito Municipal



ESTADO DO PARANÁ

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

CNPJ: 77.819.605/0001-33



São José das Palmeiras, 21 de janeiro de 2024.

À
Procuradoria Municipal
Controladoria Geral do Município

Prezados Senhores,

Através do presente, solicitamos parecer referente ao **PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 03/2025 - INEXIGIBILIDADE Nº. 01/2025**, objetivando a contratação de pessoa jurídica especializada para implantação dos indicadores ambientais REBAPP do Município de São José das Palmeiras e estabelecimento dos corredores ecológicos de conectividade do Município com o corredor Ecológico Santa Maria.

Atenciosamente,

FRANCO MARIA ALVES CABRAL
Prefeito Municipal



ESTADO DO PARANÁ

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

CNPJ: 77.819.605/0001-33



PARECER JURÍDICO

DA: PROCURADORIA JURÍDICA DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS
PARA: PREFEITO MUNICIPAL

Assunto: Parecer sobre INEXIGIBILIDADE de Licitação nº 01/2025

A apreciação deste setor jurídico, processo para análise e aprovação, nos termos do art. 74, III, c, da Lei Federal nº 14.133/21 - Lei de Licitações e Contratos Administrativos, o Processo de Inexigibilidade, que objetiva a contratação de pessoa jurídica especializada para implantação dos indicadores ambientais REBAPP do Município de São José das Palmeiras e estabelecimento dos corredores ecológicos de conectividade do Município com o corredor Ecológico Santa Maria.

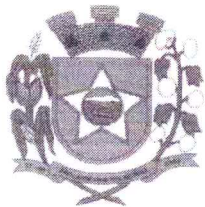
Destaca-se que a análise em curso se limita aos aspectos estritamente jurídicos e de regularidade procedimental da matéria proposta. Esse exame não contempla revisão de valores ou crítica acerca dos juízos de valor que: a) identificaram e mensuraram a necessidade pública; b) definiram a melhor solução para atendimento àquela necessidade pública identificada e mensurada.

O art. 37, XXI, da Constituição Federal de 1988, determinou a obrigatoriedade de realização de procedimento licitatório para contratações feitas pelo Poder Público. No entanto, o próprio dispositivo constitucional reconhece a existência de exceções à regra, ao ressaltar os casos de dispensa e inexigibilidade de licitação, especificados na legislação. O objeto da contratação, por ser serviço que somente pode ser disponibilizado por fornecedor único, encontra adequação legal no caput do art. 74, III, c, da Lei Federal nº 14.133/21 - Lei de Licitações e Contratos Administrativos.

No caso em tela, a inexigibilidade se justifica por ser a contratação de empresa especializada para contratação de Pessoa Jurídica especializada para implantação dos indicadores ambientais REBAPP do Município de São José das Palmeiras, a qual é realizada por engenheiro florestal de alta expertise e reconhecimento, conforme documentos trazidos pela responsável pelo ETP e Termo de Referência.

Por fim, cumpre salientar que a contratação pretendida não está incluída no Plano de Contratações Anual (PCA), em razão da não adesão do município à sua confecção.

Da análise da documentação apresentada denota-se a existência de elementos suficientes para deflagrar o processo com base na inexigibilidade, razão pela qual se encontra o presente processo aprovado por este setor jurídico e em condições de ser autorizado por Vossa Excelência, se assim entender conveniente a Administração Pública.



ESTADO DO PARANÁ

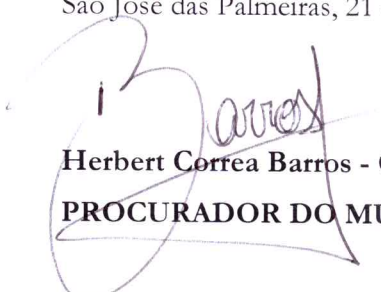
MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

CNPJ: 77.819.605/0001-33



É o parecer.

São José das Palmeiras, 21 de janeiro de 2025


Herbert Correa Barros - OAB/PR 51.127

PROCURADOR DO MUNICÍPIO



ESTADO DO PARANÁ

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

CNPJ: 77.819.605/0001-33



CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

DA: CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

PARA: PREFEITO MUNICIPAL

Assunto: Parecer sobre INEXIGIBILIDADE nº 01/2025

Nos termos do art. 58 e seguintes do DECRETO MUNICIPAL Nº 056/2023 DATA: 24 DE MAIO DE 2023, o qual regulamenta a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, esta controladoria passa a se manifestar sobre o certame licitatório nos seguintes termos:

Exame:

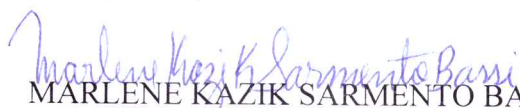
Nos autos do procedimento licitatório realizado na modalidade INEXIGIBILIDADE, para contratação de pessoa jurídica especializada para implantação dos indicadores ambientais REBAPP do Município de São José das Palmeiras e estabelecimento dos corredores ecológicos de conectividade do Município com o corredor Ecológico Santa Maria

CONCLUSÃO:

Vislumbrado o exame e verificado a legalidade do processo, a Controladoria é FAVORÁVEL ao mesmo. Encaminhe-se o referido parecer a Comissão de Contratação para que sejam tomadas as devidas providências.

É o parecer da Unidade de Controle Interno.

São José das Palmeiras, 21 de janeiro de 2025.



MARLENE KAZIK SARMENTO BASSI

Assessora de Controle Interno



ESTADO DO PARANÁ

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

CNPJ: 77.819.605/0001-33



COMISSÃO DE CONTRATAÇÕES

PROCESSO LICITATÓRIO n.º 03/2025

INEXIGIBILIDADE n.º 01/2025

I - OBJETO: Contratação de pessoa jurídica especializada para implantação dos indicadores ambientais REBAPP do Município de São José das Palmeiras e estabelecimento dos corredores ecológicos de conectividade do Município com o corredor Ecológico Santa Maria.

II – FUNDAMENTO LEGAL: Artigo 74, III, c, da Lei 14.133/21 - Lei de Licitações e Contratos Administrativos.

III – CARACTERIZAÇÃO DA SITUAÇÃO:

O município de São José das Palmeiras está localizado na região oeste do estado do Paraná, e apresenta-se inserido dentro da região da Floresta Estacional Semi-decidual, com transição parcial da Floresta Ombrófila Mista. Possui 18.275,50 hectares de território municipal e é detentor das porções significativas de áreas de mata nativa de conexão com o corredor ecológico Santa Maria, e de proximidade com o Parque Nacional do Iguaçu.

E possui apenas 0% do território do município com área verde já protegida no ICMS Ecológico, de um total geral disponível de 28,56 %, ou seja, apenas 0% da área verde disponível, atualmente convertida em ICMS Ecológico, considerando o Mapa de Classe de Uso da Terra/IAT/Governo do Estado do Paraná.

Em termos práticos percentuais, o município possui no total, 5.219,63 hectares de mata nativa no seu território, e desta forma, impressionantes 5.219,63 hectares deste montante, ou seja, 100% de mata nativa preservada existente potencial e ainda não protegida e nem inserida no ICMS Ecológico. Assim, a relevância ambiental que o município possui apresenta-se em condição ímpar na região, onde a vocação para adoção de novos indicadores ambientais de apoio a gestão municipal de áreas verdes, torne-se imprescindível para um melhor desempenho do município neste viés que vem de encontro com o tema mundial de apoio com ações de combate às Mudanças Climáticas.

O município possui, portanto, um total de 5.219,63 hectares de mata nativa preservada e que não são áreas verdes protegidas (UC's), e pertencem 100% à bacia hidrográfica do Rio Paraná.

Além da permanente necessidade de monitoramento e controle para evitar o desmatamento, em especial na região floresta estacional semi-decidual, em que o município se encontra em maior parte de sua abrangência, é a mais ameaçada de extinção.



ESTADO DO PARANÁ

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

CNPJ: 77.819.605/0001-33



Desta forma, o município detectou a ausência de indicadores ambientais específicos, que criam através da relação entre áreas verdes e áreas verdes protegidas, em função do total do território do município, do qual, estes indicadores não estão contemplados nas fórmulas de cálculo do ICMS Ecológico, e são importantes ferramentas para o planejamento e tomada de decisões ambientais e de desenvolvimento, por parte do município.

Em síntese, o município, na ausência de indicadores ambientais específicos, constata um elevado potencial existente de área verde, e um aproveitamento em ICMS Ecológico extremamente baixo de áreas verdes protegidas existentes.

E que crie-se, assim, indicadores ambientais de áreas verdes protegidas, das quais, no momento, é inexistente este indicador para o município, e que as necessidades e oportunidades acima descritas estão enquadradas na legislação vigente:

Considerando o artigo nº 26 da Lei Federal nº 9.985 de 2.000 que criou o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza, conhecida com a Lei do SNUC:

Art. 26. *Quando existir um conjunto de unidades de conservação de categorias diferentes ou não, próximas, justapostas ou sobrepostas, e outras áreas protegidas públicas ou privadas, constituindo um mosaico, a gestão do conjunto deverá ser feita de forma integrada e participativa, considerando-se os seus distintos objetivos de conservação, de forma a compatibilizar a presença da biodiversidade, a valorização da sociobiodiversidade e o desenvolvimento sustentável no contexto regional.*

Considerando o inciso nº 19 do Artigo nº 2 da Lei Federal nº 9.985 de 2.000, a Lei do SNUC, que criou o conceito legal de Corredor Ecológico.

Considerando o artigo nº 11 do Decreto Federal nº 4.340 de 2.002 que regulamentou a Lei Federal nº 9.985 de 2.000, que trata dos corredores ecológicos:

Art. 11. *Os corredores ecológicos, reconhecidos em ato do Ministério do Meio Ambiente, integram os mosaicos para fins de sua gestão.*

Considerando a Portaria Federal do Ministério do Meio Ambiente/IBAMA



ESTADO DO PARANÁ

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

CNPJ: 77.819.605/0001-33



nº 137 de 09 de outubro de 2.001, publicada no Diário Oficial sob nº 195 de 10 de outubro de 2.001, que criou o Corredor Ecológico Santa Maria, o 1º Corredor Ecológico reconhecido a nível nacional, pelo MMA/Governo Federal.

Considerando o Artigo 1º da Portaria Federal do Ministério do Meio Ambiente/IBAMA nº 137 de 09 de outubro de 2.001, que estabelece a região de abrangência do Corredor Ecológico Santa Maria.

Considerando o mapa ecológico do Corredor Santa Maria de acordo com o Artigo 1º da Portaria Federal do Ministério do Meio Ambiente/IBAMA nº 137 de 09 de outubro de 2.001, elaborado e apresentado pela Nativa do Brasil, do qual identifica e seleciona os principais corredores de conectividade verde com o Corredor Ecológico Santa Maria, identifica e posiciona as UC's existentes dentro desta região de abrangência, e identifica e cria novas UC's potenciais existentes e conectadas com os respectivos corredores

Considerando que o Projeto Mosaico de UC's do Corredor Ecológico Santa Maria está sintonizado com a política de integração de áreas verdes estabelecida na Portaria Federal nº 504 de 21 de setembro de 2.020, que criou o programa Cidades mais Verdes e o CAU – Cadastro Ambiental Urbano, que têm os seguintes objetivos:

Art. 2º. *O Programa Cidades+Verdes tem como objetivos:*

I - criar, ampliar, recuperar e integrar áreas verdes urbanas;

II - aprimorar a gestão ambiental urbana por meio de ferramentas de mapeamento e monitoramento das áreas verdes urbanas;

III - estabelecer diretrizes, indicadores, categorias e tipologias para o planejamento, implantação e monitoramento de áreas verdes urbanas; e

IV - melhorar a qualidade de vida nas cidades, valorizando a prestação de serviços ecossistêmicos dessas áreas.

Como grande parte das áreas verdes de mata nativa no território do município, na porção da bacia hidrográfica do Rio Paraná, da qual possui algumas áreas verdes protegidas, porém com potencial de áreas disponíveis muito significantes em projeção para ICMS Ecológico, urge a necessidade de indicadores ambientais que considerem em sua plenitude, as áreas de APP's – Áreas de Preservação Permanente, e seus Entornos e áreas verdes, e que estabeleçam a oportunidade de incremento dos índices, em relação ao tamanho



ESTADO DO PARANÁ

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

CNPJ: 77.819.605/0001-33



do território do município.

E que crie-se, assim, indicadores ambientais de áreas verdes protegidas, das quais, no momento, este indicador é inexistente para o município.

IV – FORNECEDOR: NATIVA BRASIL – PESQUISA, TECNOLOGIA E DESENVOLVIMENTO LTDA

Endereço: Rua Nicolau Pampuch, 188 – Afonso Pena.

Cidade: São José dos Pinhais – PR.

CNPJ/MF: 08.648.607/0001-94

V – RAZÃO DA INEXIGIBILIDADE O valor a ser gasto pelos serviços está previsto no Artigo 74, da Lei 14.133/21 - Lei de Licitações e Contratos Administrativos.

VI – PREÇO: O valor será de R\$ 112.270,00 (cento e doze mil duzentos e setenta reais).

VII – JUSTIFICATIVA DE PREÇO: Consultando empresas com ramo de atividade pertinente ao objeto solicitado, encontrou-se na empresa **NATIVA BRASIL – PESQUISA, TECNOLOGIA E DESENVOLVIMENTO LTDA**, a exclusividade exigida, a qual também se encontra em dia com suas obrigações tributárias e previdenciárias, conforme certidões apresentadas.

VII – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

Dotações					
Exercício da despesa	Conta da despesa	Funcional programática	Fonte de recurso	Natureza da despesa	Grupo da fonte
2025	840	04.002.04.123.0003.2024	0	3.3.90.39.00.00	Do Exercício

VIII -PRAZO: O prazo de execução do serviços é de 03 (três) meses e a vigência do presente instrumento é de 12 (doze) meses contados da assinatura do contrato.

São José das Palmeiras, 22 de janeiro de 2025

Sandra Rosa de Souza
Sandra Rosa de Souza

Presidente da Comissão de Licitação

Isabela Aparecida Arboleya
Isabela Aparecida Arboleya
Membro

Cibele Cristina de Oliveira Sangi
Cibele Cristina de Oliveira Sangi
Membro

APROVO, com fundamento nas razões acima expostas, as quais utilizo para decidir em 22 de janeiro de 2025.

FRANCO MARIA ALVES CABRAL - Prefeito Municipal



ESTADO DO PARANÁ

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS


CNPJ: 77.819.605/0001-33



PROCESSO LICITATÓRIO Nº 03/2025
TERMO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE Nº 01/2025

Com fundamento no Artigo 74 da Lei 14.133/21 - Lei de Licitações e Contratos Administrativos, confirme a inexigibilidade da licitação em favor da empresa **NATIVA BRASIL – PESQUISA, TECNOLOGIA E DESENVOLVIMENTO LTDA**, Localizada na Rua Nicolau Pampuch, 188 – Afonso Pena – São José dos Pinhais/PR., inscrita sob o CNPJ de n.º 08.648.607/0001-94, para a Contratação de pessoa jurídica especializada para implantação dos indicadores ambientais REBAPP do Município de São José das Palmeiras e estabelecimento dos corredores ecológicos de conectividade do Município com o corredor Ecológico Santa Maria.

São José das Palmeiras, 22 de janeiro de 2025.


FRANCO MARIA ALVES CABRAL
Prefeito Municipal



ESTADO DO PARANÁ

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

CNPJ: 77.819.605/0001-33



MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS/PR
EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE Nº 01/2025

DESCRIÇÃO DO OBJETO: Contratação de pessoa jurídica especializada para implantação dos indicadores ambientais REBAPP do Município de São José das Palmeiras e estabelecimento dos corredores ecológicos de conectividade do Município com o corredor Ecológico Santa Maria.

Fundamento legal: Artigo 74 da Lei 14.133/21 - Lei de Licitações e Contratos Administrativos

Contratante: Município de São José das Palmeiras.

Contratada: NATIVA BRASIL – PESQUISA, TECNOLOGIA E DESENVOLVIMENTO LTDA

Endereço: Rua Nicolau Pampuch, 188 – Afonso Pena

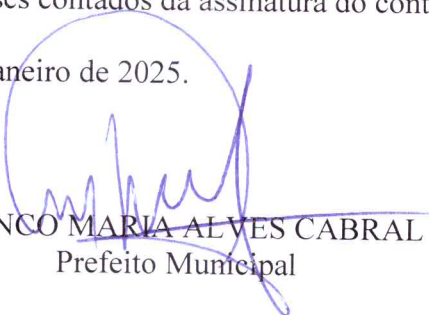
Cidade: São José dos Pinhais/PR

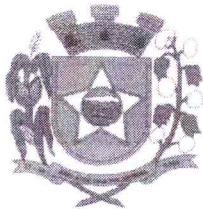
CNPJ/MF: 08.648.607/0001-94

Preço: O valor será de R\$ 112.270,00 (cento e doze mil duzentos e setenta reais).

Prazo: prazo de execução dos serviços é de 03 (três) meses e a vigência do presente instrumento é de 12 (doze) meses contados da assinatura do contrato.

São José das Palmeiras, 22 de janeiro de 2025.


FRANCO MARIA ALVES CABRAL
Prefeito Municipal



ESTADO DO PARANÁ

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

CNPJ: 77.819.605/0001-33



HOMOLOGAÇÃO

Homologo a presente licitação de acordo com o resultado exarado pela Comissão de Contratação a Inexigibilidade de Licitação nº **01/2025**, adjudicando o objeto de Bem/Serviço adquirido: contratação de pessoa jurídica especializada para implantação dos indicadores ambientais REBAPP do Município de São José das Palmeiras e estabelecimento dos corredores ecológicos de conectividade do Município com o corredor Ecológico Santa Maria..

A Empresa vencedora foi: **NATIVA BRASIL – PESQUISA, TECNOLOGIA E DESENVOLVIMENTO LTDA**, com o valor total de R\$ 112.270,00 (cento e doze mil duzentos e setenta reais).

Ficando autorizado o órgão competente da Prefeitura a expedição de documentos respectivos para a plena consolidação do previsto nesta licitação.

São José das Palmeiras, 22 de janeiro de 2025.

FRANCO MARIA ALVES CABRAL
Prefeito Municipal